

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.473 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2002

## Comissão aprova proposta que unifica as polícias civil e militar

A Comissão Mista de Segurança Pública deu ontem mais um passo para a unificação das polícias civil e militar ao aprovar a proposta que estabelece a criação de uma única corporação estadual. O texto assegura aos atuais policiais os direitos e vantagens, inclusive o tempo de serviço. O prazo para implantação da nova estrutura deve ser votado hoje.

PÁGINA 7

## Motorista deve descansar a cada quatro horas



**O** Plenário do Senado aprovou ontem projeto que proíbe motorista de ônibus ou de caminhão de dirigir ininterruptamente por mais de quatro horas. Esse prazo poderá ser prorrogado por mais uma hora, com a finalidade de chegar com o veículo a um lugar de parada adequada. O objetivo da proposta é reduzir os acidentes nas estradas. O Plenário também aprovou protocolo permitindo que Brasil e Paraguai fixem períodos de proibição de pesca no Rio Paraguai na época da desova dos peixes, antiga reivindicação de organizações não-governamentais ambientalistas.

PÁGINAS 2 E 3

Extensa pauta, incluindo acordos internacionais, foi votada pelo Plenário do Senado na sessão de ontem

### Renegociação da dívida de Alagoas é aprovada

A rolagem da dívida de Alagoas foi facilitada com a decisão do Plenário de aprovar a fixação em 15% do limite de comprometimento da receita estadual na renegociação de seus débitos.

PÁGINA 3

Proibição de clonagem humana está na pauta da CCJ

PÁGINA 5



Lúcio Alcântara (na mesa, à direita) presidiu a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos

Célio Azeredo

Locadora pode responder por dano de veículo

PÁGINA 4

## Senado decide sobre fundo para o São Francisco

A criação do Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco está prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC) que o Plenário do Senado deve votar amanhã. A PEC, de autoria do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), destina recursos para programas governamentais de recuperação do rio e seus afluentes.

A PEC é uma das três que constam da pauta do Plenário. Também está pronta para ser votada a proposta do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que permite o desenvolvimento funcional de servidores mediante processo seletivo e não por concurso público. Há ainda na pauta a proposta do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) que redefine a representação das assembleias legislativas. A PEC determina que o número de deputados estaduais não poderá ser inferior ao número de vereadores da capital do estado.

## Ministro da Saúde poderá ser convocado

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) vota amanhã, a partir das 11h30, requerimento de convocação do ministro da Saúde, Barjas Negri. O objetivo da proposta do senador Romero Jucá (PFL-RR) é que o ministro fale sobre as medidas de combate às endemias e epidemias, principalmente a dengue.

Também está na pauta da CFC relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre fiscalização da liberação de recursos para obra do sistema de abastecimento de água de Pirapama, na região metropolitana do Recife. Os senadores também devem discutir relatório do TCU sobre incentivos fiscais concedidos pelas extintas Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste — Sudam e Sudene.

# Rio Paraguai deverá ter período de pesca proibida

Medida prevista em protocolo aprovado pelo Plenário, como adendo a acordo entre Brasil e Paraguai, atende reivindicação de ambientalistas

O Plenário do Senado aprovou ontem protocolo adicional ao Acordo para a Conservação da Fauna Aquática nos Cursos dos Rios Limítrofes, firmado entre o Brasil e o Paraguai. A medida permitirá que os dois países fixem períodos de proibição de pesca no Rio Paraguai, na época de desova dos peixes, uma antiga reivindicação de organizações não-governamentais ambientalistas.

O protocolo prevê ainda que fiscais do Brasil e do país vizinho trabalharão em conjunto para coibir a pesca predatória. No Brasil, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) tem autonomia para fixar prazos de pesca proibida, mas



Por requerimento de Eduardo Suplicy, Senado adiou votação de protocolo a acordo no âmbito da OMC

no caso de rios que fazem fronteira com outros países há a necessidade de acordos internacionais, como este com o Paraguai.

O Plenário adiou para o dia 22 de maio, por requerimento do senador Eduardo Suplicy (SP), líder

do PT, a votação de decreto legislativo que aprova o segundo protocolo do Acordo Geral sobre Comércio de Serviços da Organização Mundial de Comércio (OMC), firmado em julho de 1995 pelo governo brasileiro. O novo protocolo prevê que os serviços financeiros brasileiros passam a se sujeitar às normas da OMC.

Retornou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que inclui 20 novos municípios de Minas Gerais na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Ride). O projeto constava da pauta do Plenário, para votação suplementar, mas recebeu uma emenda de redação.

## Engenharia de Itajubá vira universidade

O Senado aprovou projetos de iniciativa do presidente da República transformando a Escola de Engenharia de Itajubá em Universidade Federal de Itajubá (Unifei) e a Fundação de Ensino Superior de São João Del-Rei em Fundação Universidade Federal de São João Del-Rei (Funrei). Os projetos agora vão a sanção.

O objetivo da mudança é au-

mentar o desempenho de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão das duas instituições, o que será possível com a autonomia de que gozam as universidades. A Escola de Engenharia de Itajubá oferece 18 cursos de graduação e pós-graduação, sendo especializada nas áreas de Engenharia, Ciências Exatas e Terra.

Com a transformação, os cursos de todos os níveis e os alunos das duas entidades passam para as respectivas universidades. Na discussão dos dois projetos, os senadores José Jorge (PFL-PE), Francelino Pereira (PFL-MG), Arlindo Porto (PTB-MG) e José Alencar (PL-MG) destacaram a qualidade do ensino por elas ministrado.

## Piauí será grande produtor de soja, diz Benício Sampaio

O senador Benício Sampaio (PPB-PI) anunciou o início de um processo "cujo objetivo é tornar o Piauí o maior produtor de soja do Nordeste". O parlamentar registrou sua participação, na última sexta-feira, em solenidade que marcou o início da construção de um complexo para comprar, armazenar e industrializar soja, no

município de Uruçuí, e que contou com a presença do governador do estado, Hugo Napoleão.

A construção do complexo é de iniciativa da empresa Bunge, que opera no Brasil desde 1908. Segundo o senador, serão feitos no Piauí investimentos de R\$ 420 milhões, nos próximos cinco anos. Somente para a compra e o fo-



Benício destacou início da construção de complexo para armazenar e industrializar o cereal

mento da produção de soja nas diversas localidades serão alocados R\$ 129 milhões.



## AGENDA

QUARTA-FEIRA, 10 DE ABRIL DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

10h15 — Recebe o juiz André Luis Moraes de Oliveira, presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) 24ª Região, acompanhado do juiz Abdalla Jallad  
11h — Recebe a deputada Nair Lobo  
11h30 — Recebe Guilherme Dias, ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão  
12h — Recebe o deputado Paulo Paim  
15h30 — Preside sessão deliberativa ordinária

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 32/01, permite o desenvolvimento funcional de ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, mediante processo seletivo; quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 48/01, dispõe sobre a representação nas assembleias legislativas; entre outras proposições.

### COMISSÕES

9h — Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: PLS nº 479/99, altera o artigo 7º da Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos e saneamentos domissanitários; PLC nº 123/01, dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal; entre outras proposições. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: PLS nº 226/01, acrescenta artigo ao Código Penal, dispondo sobre a responsabilidade penal dos administradores de entidades fechadas de previdência complementar; PLC nº 67/01, dispõe sobre medidas cautelares em caso de violência doméstica; entre outras proposições. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle  
Pauta: apreciação de avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos; e Requerimento do senador Romero Jucá solicitando o comparecimento do ministro da Saúde, Barjas Negri, com o objetivo de esclarecer as medidas que estão sendo tomadas no combate às endemias e epidemias, principalmente a dengue, no território nacional. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

14h30 — Comissão Mista Especial de Revitalização do Rio São Francisco  
Pauta: exposição de Gustavo Maia Gomes, diretor de Política Regional e Urbana do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7

17h — Comissão mista destinada a examinar a MP nº 35, que dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de abril de 2002.  
Pauta: instalação da comissão. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora da Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

### Governador de MS pede a Tebet apoio para empréstimo

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, que pediu apoio para aprovação de empréstimo para seu estado. Os recursos serão destinados ao asfaltamento de estrada localizada em área produtora de carne e grãos. Tebet afirmou que o projeto terá atenção prioritária quando chegar ao Senado.

— Se colocarmos Mato Grosso do Sul no contexto de outros estados, proporcionalmente é um estado de poucas estradas pavimentadas. É fundamental haver recursos para a pavimentação — disse Tebet.

O governador ressaltou “o orgulho da população” de seu estado pelo crescimento político de Tebet, destacando o compromisso assumido pelo senador de ajudar Mato Grosso do Sul a conseguir o financiamento para a pavimentação da rodovia.

### Hartung elogia programa de Nova Venécia

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) elogiou o programa Nova Venécia do Futuro, que tem como base os princípios de desenvolvimento sustentado aprovados na Conferência Mundial do Meio Ambiente da Organização das Nações Unidas (ONU), a Rio-92. O parlamentar assinalou que o projeto, implantado pelo prefeito Adelson Salvador, evita a descontinuidade de gestões e preserva a natureza do município.

Hartung também destacou palestra que proferiu em Nova Venécia, segunda-feira, sobre desenvolvimento sustentável, para mais de 400 lideranças da região. O senador ressaltou o entusiasmo da população com o projeto.

Segundo Hartung, o programa exige um diagnóstico das potencialidades sociais e econômicas do município para projetos de investimento.

### Jucá convida Benedita para conhecer projeto social

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) convidou ontem a governadora do Rio de Janeiro, Benedita da Silva, para conhecer o Projeto Crescer. O programa oferece bolsas de R\$ 100 mensais a meninos de rua para que estudem nas escolas da rede pública de Boa Vista, capital de Roraima.

Segundo Jucá, o projeto, criado pela prefeitura do município, é semelhante ao programa de capacitação que a governadora pretende implantar no Rio de Janeiro para retirar crianças das ruas. Benedita da Silva anunciou que seu programa concederá bolsas de estudo no valor de R\$ 100.

# Motorista terá que descansar após quatro horas de direção

Projeto do Executivo, aprovado pelo Senado, estabelece parada obrigatória. Texto ainda será votado em turno suplementar

O Senado decidiu ontem proibir o motorista de ônibus ou caminhão de dirigir ininterruptamente por mais de quatro horas. Projeto nesse sentido foi aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), à proposta original do governo; por isso voltará a ser discutido em Plenário em turno suplementar.

De acordo com o texto, cumprido o período de quatro horas, os motoristas serão obrigados a descansar por pelo menos 30 minutos. A parada poderá ser adiada em até uma hora para que o motorista chegue



Osmar Dias apresentou substitutivo que foi aprovado pelo Plenário

com o veículo a um lugar adequado, desde que não comprometa a segurança.

Ao apresentar o projeto original, o Executivo reconheceu que a mudança acarretará aumento de custos nos serviços prestados por esses veículos, mas pode reduzir os acidentes nas estradas. Na exposição de motivos enviada ao Congresso, o governo argumentou que esses custos serão amplamente compensados pelos benefícios decorrentes da redução de acidentes no trânsito.

Outra norma contida no projeto determina que o tacógrafo (aparelho registrador de velocidade) fará parte dos equipamentos obrigatórios de caminhões e ônibus. Os que trafegarem sem o aparelho serão apreendidos, só podendo ser liberados após sua instalação.

## Aprovado refinanciamento da dívida de Alagoas

Em regime de urgência, o Senado aprovou ontem substitutivo do senador Romero Jucá (PSDB-RR) a projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), fixando em 15% o limite de comprometimento da receita líquida de Alagoas no refinanciamento da dívida mobiliária do estado. O texto agora vai à promulgação.

Foram registrados 51 votos favoráveis e nenhum contrário. Ao apresentar o substitutivo, Jucá disse que o elevado comprometimento da receita líquida real de Alagoas decorre da soma das parcelas devidas pelo refinanciamento das dívidas mobiliária e bancária, que chega a 30%. Ele reconheceu o esforço fiscal em-

preendido pelo estado e disse que, como forma de viabilizar o pagamento, o Senado deveria aceitar que ficasse em 15% da receita líquida real o pagamento do montante total das outras dívidas refinanciadas.

Antes da votação, o líder do PFL, José Agripino (RN), declarou que seu partido estava em obstrução.

## Questão dos precatórios provoca debate

Foi precedida de debate a votação do substitutivo do senador Romero Jucá ao texto de Teotônio Vilela fixando em 15% o limite de comprometimento da receita de Alagoas na renegociação de sua dívida. A discussão decorreu de emenda pela qual a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pretendia inserir no texto a exigência de que a validade dos precatórios dependesse da Justiça.

Autor do projeto original, Teotônio Vilela explicou que a renegociação permitirá que parte dos recursos pagos na rolagem da dívida volte para o estado, para ser aplicada no pagamento de precatórios trabalhistas, salários atrasados e investimentos sociais.

Relator da matéria, Jucá esclareceu que a discussão se concentrava na validade de uma operação que fará com que Alagoas tenha condições de rolar sua dívida, obtenha financiamentos externos e pague

apenas 15% de sua receita líquida nesse comprometimento. “Não estamos abrindo exceção nem validando uma picaretagem”, frisou.

Heloísa Helena se disse favorável ao limite de 15% da receita do estado para o pagamento da dívida, mas ressaltou que não poderia ser esquivado o processo fraudulento revelado pela CPI dos precatórios.

Relator da CPI, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) considerou incrível que o Senado estivesse a ponto de dar liquidez a títulos que foram desmoralizados por uma comissão de inquérito da própria Casa.

— Esse projeto pretende dar valor corrente a títulos nulos. O que era nulo para o Senado agora torna-se verdadeiro — ironizou.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) anunciou seu voto a favor da emenda. Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Eduardo Dutra (PT-SE) também defenderam a emenda, afirmando que o Judiciário precisa se pronunciar

sobre a validade dos precatórios.

Ademir Andrade (PSB-PA) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defenderam o texto de Jucá. Ademir disse que a emenda de Heloísa inviabilizaria a renegociação da dívida. Valadares argumentou que o endividamento de Alagoas não é de responsabilidade do governador Ronaldo Lessa, que se encontrava em Plenário, aguardando a decisão. Na mesma linha, Renan Calheiros (PMDB-AL) alertou para o fato de que não se tratava da eficácia das letras de Alagoas, mas simplesmente de deixar o estado limitar em 15% o que pagará na rolagem da dívida.

Ao salientar que o autor do texto foi consistente na exigência de que ninguém recebe enquanto a Justiça não decidir sobre os títulos, José Fogaça (PPS-RS) pediu que o Plenário entendesse que o mecanismo montado estabelece que os credores não recebem, mas que o estado precisa ter fluidez.

## Volta à CCJ emenda que reduz recesso

Devido à emenda apresentada pelo senador Carlos Patrocínio (PTB-TO), o Plenário devolveu à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a proposta de emenda à Constituição que reduz o recesso parlamentar e acaba com o pagamento de convocações extraordinárias.

A proposta determina que o Congresso se reunirá de 5 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro. Hoje, os trabalhos legislativos são realizados de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. A proposta também impede que parlamentares recebam por trabalharem em convocação extraordinária.

Ao apresentar a emenda em Plenário, Patrocínio disse que o propósito era melhorar o texto e eliminar dúvidas que ainda existam sobre a mudança do período de recesso. O mais lógico, em sua opinião, é que o Congresso se reúna de 20 de janeiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 20 de dezembro, para que não se tenha que trabalhar até a véspera do Natal.

## Moreira Mendes: identidades estão com prazo vencido

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) afirmou que desde domingo passado os brasileiros residentes no país e no exterior pas-



Moreira lembrou que documento único não foi implementado

saram a ser cidadãos sem identidade. O motivo é que em 7 de abril de 1997 foi promulgada lei que instituiu um número único de registro de identidade de civil. O artigo 6º da lei estipula

que todos os documentos de identificação em desacordo com a lei perderão a validade no prazo máximo de cinco anos após a promulgação. O artigo 5º, segundo Moreira Mendes, também determinou prazo de 180 dias para sua regulamentação e 360 dias para o início da sua implementação.

Nenhuma das duas medidas foi tomada. “Quero usar as palavras do poeta e compositor baiano Caetano Veloso: no momento estamos vivendo sem lenço e sem documento”, encerrou o senador.

## Locadora de veículo pode responder por acidentes

Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos obriga contratação de seguro destinado a cobrir danos causados a terceiros

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Francelino Pereira (PFL-MG) favorável ao projeto de lei determinando que as locadoras de veículos devem segurar os automóveis de sua propriedade e assumir responsabilidade civil no caso de acidente de trânsito causado pelo condutor do veículo. A matéria, já aprovada pela Câmara, segue para votação em Plenário.

De acordo com a proposta, danos ao patrimônio, à moral e à estética de terceiros devem ser cobertos pelo seguro, cujo valor deve garantir uma indenização de até R\$ 100 mil em caso de morte ou de lesão corporal permanente (deformidade, perda de membro, sentido ou função).



Proposta que estabelece a responsabilidade civil das locadoras foi relatada na Comissão de Assuntos Econômicos por Francelino Pereira (segundo à esquerda)

Na mesma reunião, foi aprovado parecer do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) favorável à programação monetária definida em relatório do Banco Central para o

segundo trimestre de 2002. Segundo o relatório, os índices de circulação de moeda estão compatíveis com variáveis macroeconômicas. A matéria também vai ao Plenário.

## Rejeitado repasse do FPE para meio ambiente

Por oito votos a sete, os senadores da CAE aprovaram ontem parecer do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) contrário ao projeto de lei complementar da senadora Marina Silva (PT-AC) que pretende criar reserva de 2% do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE), destinada a estados onde haja áreas de conservação ambiental e terras indígenas demarcadas. Apesar de rejeitada na CAE, a proposta ainda será analisada em Plenário, já que obteve parecer favorável da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O relator, acompanhado pelos senadores Paulo Souto (PFL-BA) e Ricardo Santos (PSDB-ES), argumentou que a proposta é negativa do ponto de vista federativo, pois reduz receitas dos estados. Assim como Paulo Souto, Ricardo Santos reconheceu os méritos da proposta, mas criticou as fontes escolhidas para garantir a preservação



Parecer contrário ao projeto que reserva verba do FPE foi apresentado por Lúdio Coelho

ambiental.

O senador Moreira Mendes (PFL-RO) alertou para a necessidade urgente de se encontrar uma solução para compensar estados que tenham áreas de preservação permanente.

Marina Silva disse, em defesa de seu projeto, que os estados que irão abrir mão de parcela de recursos do fundo em favor dessa reserva

não vão ser prejudicados, já que a reserva de 2% será redistribuída. Segundo ela, os estados em que o FPE não constitui uma fonte de recursos relevante estarão contribuindo efetivamente para a preservação de ecossistemas como a Amazônia e o Pantanal. Na legislatura passada, a proposta foi rejeitada em Plenário por apenas um voto.

Com votos contrários dos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Lauro Campos (PDT-DF), a CAE aprovou parecer do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) pela rejeição do projeto de lei do senador Geraldo Cândido (PT-RJ) que fixa em seis horas a duração da jornada de trabalho do motorista de ônibus urbano. Segundo o relator, a proposta pode representar acréscimo de até 35% sobre as tarifas. O projeto ainda será analisado pela CAS, em caráter terminativo.

## Bolsa de estudo para aluno carente vai ao exame da CCJ

O senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) teve parecer aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) encaminhando ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) proposta do senador Iris Rezende (PMDB-GO) que pretende criar,



Antonio Carlos Júnior sugeriu a manifestação da Comissão de Justiça

com recursos públicos, o Programa Nacional de Bolsas de Estudo (PNBE), com o objetivo de beneficiar estudantes carentes dos estabelecimentos particulares de ensino superior. O relator quer dirimir dúvidas que tem sobre o projeto, no que diz respeito à sua juridicidade e constitucionalidade, para ver se lhe dá prosseguimento, já que, explicou, concorda com o mérito.

Com a proposta, destacou o relator, o que Iris Rezende deseja é reduzir no Brasil a "perversidade existente no acesso ao ensino superior público", cujas va-

gas são preferencialmente ocupadas por alunos vindos de famílias de melhor nível de renda, oriundos das escolas particulares, enquanto os alunos das escolas públicas, em geral de famílias de baixa renda, são direcionados para o ensino superior pago e particular.

Na mesma reunião, a CAE acolheu dois pareceres do senador Jefferson Péres (PDT-AM) contrários a dois projetos de autoria do senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ). Um dos projetos flexibiliza o enquadramento das despesas de pessoal dos municípios, conforme o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), de modo a evitar demissões nas prefeituras; o outro, desconta do custo do limite de endividamento dos municípios os gastos da competência de outras unidades da Federação.

## CAE quer solucionar dúvida sobre aval a crédito interno

O envio de requerimentos à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) solicitando informações sobre as prerrogativas do Senado foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Com essa iniciativa, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) pretende dirimir dúvidas levantadas pelo Poder Executivo, que considera que o Senado não pode autorizar garantias de crédito interno de estados e municípios, mas somente garantias de crédito externo. Para o senador Paulo Souto (PFL-BA), a decisão de Alcântara de provocar uma manifestação da CCJ sobre o assunto vai clarear essa questão.

A CAE aprovou requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR) propondo a realização de audiência pública com o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone, para discutir o Programa de Melhoramento dos Aeroportos Brasileiros.

Outro requerimento acolhido, do senador Moreira Mendes (PFL-RO), convoca audiência pública com o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, visando discutir a possibilidade de extensão do Sistema Integrado de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) às empresas de turismo.

## Senado vota autorização a empréstimo solicitado por Pernambuco

O Plenário do Senado deve votar amanhã projeto que autoriza a concessão de aval da União para que o governo de Pernambuco possa contratar, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empréstimo no valor de US\$ 90 milhões, destinados a financiamento parcial do Programa de

Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata). Os senadores aprovaram ontem urgência para a matéria.

Pela manhã, a Comissão de Assuntos Econômicos havia aprovado o parecer favorável à solicitação. Segundo o relator, senador Romero Jucá (PSDB-RR), o

pedido de empréstimo ficou em estudos no BID por um período de sete anos, devendo ser aprovado somente agora, após o governo de Pernambuco ter concluído uma experiência-piloto do programa, envolvendo seis municípios do estado.

Nessa experiência, disse Romero Jucá, o governo estadual con-

seguiu "excelentes resultados em todas as áreas, desde a de infraestrutura até à de estímulo a atividades produtivas de pequenos empreendedores".

Os senadores Francelino Pereira (PFL-MG), Paulo Souto (PFL-BA) e Lúdio Coelho (PSDB-MS) fizeram questão de destacar, na reunião da CAE, seus

votos favoráveis à autorização da garantia federal ao empréstimo externo pleiteado pelo governo de Pernambuco. Por sua vez, o senador Lauro Campos (PDT-DF) se manifestou contra o pedido, por discordar da elevação da dívida externa do país, qualquer que seja sua forma.

## Ornélas propõe combate a fraudes na filantropia

O senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) apresentou ontem projeto que altera a Lei de Assistência Social com o objetivo de combater as irregularidades praticadas por instituições filantrópicas que, amparadas na imunidade fiscal concedida ao setor, fraudam a Previdência — a chamada “pilantrópia”.

Pela proposta, a concessão do certificado de beneficência a instituições educacionais e de assistência social deve ser transferida para o ministro de Estado responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, após ouvir o conselho, a Secretaria de Estado de Assistência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).



Roosevelt Pinheiro

Ornélas quer evitar a chamada “pilantrópia”

Atualmente o certificado é concedido pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Conforme Waldeck Ornélas, o certificado é o instrumento que gera a isenção

de impostos às entidades.

Outra regra incluída na proposta estabelece que o Ministério da Previdência e Assistência Social reverá, no prazo de um ano, todos os registros e respectivos certificados de entidades beneficentes em vigor. Pelo projeto, a presidência do conselho caberá ao ministro dessa pasta.

De acordo com Waldeck Ornélas, o jornalista Josias de Souza vem assinando na *Folha de S. Paulo* uma série de artigos com inúmeras denúncias de irregularidades no âmbito da concessão do certificado a entidades de filantropia. Segundo o parlamentar, as denúncias vão desde a má contabilidade de várias instituições que pleiteiam o certificado até a conduta irregular de integrantes do conselho. Ornélas mencionou também a ocorrência de fornecimento de merenda escolar a “filhinhos de papai”, por estudarem em escolas que possuem o certificado de instituição filantrópica.

Conforme o autor, o projeto tem por objetivo assegurar a efetiva prestação dos serviços de assistência social aos carentes e dar continuidade às medidas moralizadoras que já vinha adotando quando exerceu o cargo de ministro da Previdência e Assistência Social.

# Projeto que veda a clonagem humana está na pauta da CCJ

Segundo o texto, quem infringir a proibição poderá ser punido com seis a 20 anos de reclusão. Produção de clones de animais será admitida

Entre os 43 itens da pauta da reunião marcada para as 10h de hoje, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá examinar um tema polêmico: a clonagem humana. O projeto que trata do assunto é de autoria do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e regulamenta as experiências dessa área da engenharia genética, proibindo os procedimentos que visem à duplicação dos genes humanos com a finalidade de produção de clones.

A matéria recebeu parecer favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), sob a forma de substitutivo. Como Valadares não pertence mais à CCJ, foi indicado o senador Leomar Quintanilha (PFL-TO) para nova relatoria do projeto. Este, por sua vez, apresentou voto em que recomenda a aprovação do substitutivo de Valadares. A decisão final sobre a proposta caberá, no entanto, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor do projeto original, Sebastião Rocha, questiona, principal-

mente, os limites técnicos e éticos da manipulação genética humana. De acordo com o texto, os que insistirem na prática da clonagem, caso ela se torne ilegal, poderão ser condenados à pena de reclusão de seis a 20 anos. Sebastião Rocha admite, porém, os procedimentos relacionados à produção de clones de animais, desde que submetidos à aprovação da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio).

Está prevista ainda, para a reunião de hoje da CCJ, a análise de projeto da Câmara que estabelece medidas cautelares em caso de violência doméstica. A proposta recebeu pedido de prioridade formulado pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e



Célio Azevedo

Sebastião Rocha questiona os limites técnicos e éticos da manipulação genética humana

que 22 matérias têm caráter terminativo e cinco são propostas de emenda à Constituição. Existem projetos que alteram a legislação eleitoral, outros que modificam a legislação de trânsito (para punir quem carregar bebida alcoólica no carro) e vários que sugerem mudanças no Código Penal para punir, por exemplo, os maus administradores dos fundos de pensão.

## Congresso se omite na regulamentação, diz Tião Viana

O senador Tião Viana (PT-AC) afirmou ontem que o Congresso Nacional tem sido omisso em relação ao debate em torno da regulamentação da clonagem humana no país. Segundo ele, o Brasil ainda não decidiu como legislar sobre essa matéria, o Congresso não trata o assunto como prioridade e, na falta de uma lei, o Ministério da Saúde não opina, não normatiza e não baixa uma portaria que estabeleça parâmetros éticos para esse tipo de pesquisa.

A notícia de que o cientista italiano Severino Antinori estaria concluindo um experimento de clonagem humana, em que uma mulher já estaria na oitava semana de gravidez de um embrião clonado, foi comentada pelo senador. Tião Viana repudiou a experiência e acusou Antinori de estar dando curso a um procedimento mais vaidoso do que científico, deixando de lado todos os pre-



Roosevelt Pinheiro

Tião Viana se declara “totalmente contra a clonagem humana”

ceitos éticos estabelecidos pela comunidade científica internacional.

— Não podemos cometer o erro da omissão por causa da vaidade de meia dúzia de cientistas que não seguem os preceitos da ética médica. Sou totalmente contra a clonagem humana, porque ainda não foram medidos os riscos de mutações e aberrações que podem não surgir logo no nascimento, mas vão aparecer muitas gerações adiante — afirmou.

Tião Viana lembrou ter apresentado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) substitutivo a projeto de lei do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) sobre o assunto, aguardando parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC). Além disso, mencionou a existência de projeto do senador Sebastião Rocha (PDT-AP) que também estabelece proibição

## CAS vota uso do FGTS para abrir ou ampliar negócio

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) vota hoje, a partir das 9h, projeto do senador Ricardo Santos (PSDB-ES) que permite ao desempregado sacar o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para abertura ou expansão de negócio próprio. O projeto tem parecer favorável do senador Ademir Andrade (PSB-PA) e, caso venha a ser aprovado, seguirá para análise da Câmara dos Deputados, desde que não haja recurso para que seja submetido ao Plenário do Senado.

De acordo com a proposta, a movimentação da conta do FGTS estará condicionada à apresentação de um detalhado projeto à Caixa Econômica Federal, que, após rigorosa inspeção técnica, decidirá se libera ou não os recursos, nos mesmos moldes do que ocorre com a liberação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nas linhas de microcrédito e financiamento às micro e pequenas empresas.

Outro projeto que trata da utilização do Fundo de Garantia a ser analisado pela CAS é o que permite ao trabalhador movimentar a conta vinculada para quitação de prestações atrasadas, ou a vencer, de financiamentos habitacionais, dentro do Sistema Financeiro de Habitação (SFH). O projeto é de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA). O relator da matéria, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), apresentou substitutivo estabelecendo que o trabalhador poderá lançar mão do FGTS para pagamento das prestações apenas uma vez.

A CAS também examina, em decisão terminativa, projeto do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que assegura aos cegos e pessoas de baixa visão usuários de cão-guia o direito de ingressar e permanecer com o animal em estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo, bem como em todas as modalidades de transporte interestadual e internacional com origem no território brasileiro. O projeto tem parecer favorável do senador Geraldo Althoff e exige a apresentação do atestado de sanidade do animal, registro em escola de cães-guia, além do comprovante pessoal de treinamento do usuário.



Roosevelt Pinheiro

Projeto de Tuma beneficia usuário de cão-guia

# Aprovada regulamentação de fundo científico

Projeto acatado ontem pela Comissão de Educação garante às instituições nacionais de pesquisa fluxo permanente e seguro de recursos públicos. A proposta será agora analisada terminativamente pela Comissão de Assuntos Econômicos

Por unanimidade, a Comissão de Educação aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). A proposta, que ainda será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos, garante às instituições nacionais de pesquisa fluxo permanente e seguro de recursos públicos.

Apresentado pelo senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ), o projeto foi acolhido pela comissão sob forma de substitutivo do relator, senador Artur da Távola (PSDB-RJ), que adequou a proposta inicial às leis que estabele-



A Comissão de Educação aprovou por unanimidade o projeto que trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

ceram os fundos setoriais de ciência e tecnologia.

O texto aprovado garante con-

tinuidade às pesquisas científicas ao permitir que os recursos do FNDCT não utilizados até o fim de

cada exercício sejam transferidos para crédito do próprio fundo, acrescidos dos rendimentos de aplicações. Hoje, ao término de cada exercício financeiro, os recursos não utilizados precisam retornar ao Tesouro Nacional. O projeto também estabelece as fontes de recursos do fundo.

O FNDCT, segundo o projeto, objetiva "estimular a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, com vistas a assegurar a melhoria das condições de vida da sociedade, sua segurança, a competitividade e o desenvolvimento econômico e social".

Pelo menos 60% dos recursos do fundo, de acordo com o pro-

jeto, vão para projetos a serem executados por universidades, centros de pesquisas e entidades sem fins lucrativos. Serão destinados percentuais máximos de 30% a programas de cooperação entre universidades e empresas; 20% a projetos de transferência de tecnologia; 10% para aplicação em operações de risco; e 40% ao apoio a projetos livremente apresentados por universidades.

Távola previu que a proposta dará grande impulso à pesquisa. Saturnino ressaltou o consenso no país sobre a importância estratégica dos investimentos em ciência e tecnologia para o desenvolvimento do país.

## Cultura e circo poderão ter mais verbas de loterias

A parcela do Fundo Nacional de Cultura (FNC) na arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais poderá passar de 3% para 10%. Desse total, pelo menos um décimo seria destinado a projetos na área circense. As duas inovações estão previstas em projeto de lei que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE).

O texto aprovado foi o substitutivo do relator da matéria, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), a projeto do senador Roberto Requião (PMDB-PR). E será ainda analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com Waldeck Ornélas, é insuficiente o atual percentual de 3% da arrecadação bruta das loterias federais para a cultura. A taxa de 10%, a seu ver, poderia ser considerada mais justa, em função da "carência financeira do setor cultural". O senador optou por aumentar inicialmente a fatia reservada ao FNC, para então garantir mais verbas para o circo.

### SAÚDE BUCAL

A comissão aprovou também parecer do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) favorável a projeto de lei da Câmara que institui a data de 25 de outubro como Dia

Nacional da Saúde Bucal. Em outra decisão, foi acolhida proposta do Executivo que altera para Ponte sobre o Vale do Menino Deus o nome de obra localizada no km 316 da rodovia BR-158 (RS).

### CONTAS DE LUZ

A CE decidiu rejeitar projeto de lei da Câmara que tornava obrigatória a divulgação, em contas de luz, de instruções de segurança. A comissão decidiu ainda realizar audiência pública concernente aos efeitos dos meios de comunicação sobre as crianças. Serão convidados o representante da Unesco no Brasil, Jorge Werthein, e o professor Paulo Sérgio Pinheiro.

## Voto de pesar pela morte de músico paraense é acatado

O Senado aprovou ontem requerimento do senador Ademir Andrade (PSB-PA) solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do escritor e músico Wilson Fonseca, o Maestro Isoca, que faleceu aos 89 anos, em Belém, no mês passado.

O maestro foi enterrado em sua terra natal, Santarém, com honras e a presença de grande núme-



Ademir Andrade propôs a homenagem ao Maestro Isoca, falecido aos 89 anos

ro de amigos e admiradores de sua obra musical. Pelas tradições da Casa, serão enviadas condolências à família e às academias paraenses de Letras e de Música. Na justificativa de seu requerimento, Ademir lembrou que o Maestro Isoca deixou uma

obra musical de 20 volumes, dos quais somente quatro foram publicados.

## Hartung pede ao Congresso que derrube aumento do IR

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) conclamou a Câmara dos Deputados a rejeitar dispositivo que aumenta o imposto de renda dos profissionais liberais e prestadores de serviços. Segundo ele, o dispositivo foi introduzido pelo governo no texto da medida provisória (MP) que trata da correção da tabela de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Hartung enfatizou que a proposta "pegou de surpresa deputados e senadores", por ter sido apresentada à revelia do acordo sobre o tema firmado entre governo e líderes partidários.

— Houve desrespeito, uma verdadeira agressão à inteligência do país, aos parlamentares, à democracia e, o que é pior, ao compromisso parlamentar assu-

mido. Somente o restabelecimento do acordo, nos termos em que foi negociado, poderá restaurar a confiabilidade das relações políticas no Congresso. É imperativo que a Câmara, e depois o Senado, subtraia o aumento de imposto dos profissionais autônomos do texto da MP — defendeu.

Hartung lembrou que Executivo e Legislativo haviam chegado a consenso nas negociações para a correção da tabela do IRPF. Segundo o senador, "os parlamentares cederam bastante", aceitando a correção de 17%, a partir de 2002, no lugar do reajuste de 28%, já para o ano 2000, como proposto originalmente.

Paulo Hartung afirmou ainda que deputados e senadores também aceitaram que o governo substituísse o texto aprovado no



Paulo Hartung: governo desrespeitou acordo fechado com senadores e deputados

Congresso por uma MP, sob o argumento de que a lei continha imperfeições. Na medida provisória, entretanto, o governo inovou ao introduzir o artigo que majora a tributação dos profissionais liberais e prestadores de serviços que optarem pelo lucro presumido.

— Já que o governo não quis retirar o dispositivo, somos nós que temos que agir, porque ele é uma afronta — afirmou Paulo Hartung.

## Comissão faz propostas para o centenário de JK

A comissão mista especial para comemoração do centenário de nascimento de Juscelino Kubitschek decidiu ontem apoiar a realização, no dia 12 de setembro, de sessão solene no Senado Federal. O requerimento aprovado será apresentado ao presidente do Congresso, senador Ramez Tebet, em audiência amanhã. Também é pedida, conforme o documento, a edição de dois livros e a realização de um filme de 15 segundos de duração sobre a vida de JK.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG), relator da comissão, propôs debate sobre "JK e o Brasil de hoje". Para o senador, "será a grande oportunidade de o Con-

gresso enfrentar a crise contemporânea da democracia representativa".

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) apresentou sugestão para que o Senado edite dois livros sobre o ex-presidente. O primeiro, do jornalista Adirson Vasconcelos, é intitulado *Memorial Juscelino Kubitschek*. A obra conta a vida e a trajetória política de JK. O segundo, *Brasília Kubitschek de Oliveira*, foi escrito por Ronaldo Costa Couto, desembargador do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

O cineasta Zelito Viana propôs a realização de filme de 15 segundos sobre Juscelino.

# Comissão aprova proposta que unifica polícias

Texto acolhido por senadores e deputados estabelece nova estrutura para a segurança pública, com as polícias estaduais, corpos de bombeiros de caráter civil e Polícia Federal. Falta votar prazo para implantação de mudanças

A Comissão Mista de Segurança deu mais um passo para a unificação das polícias civis e militares. Os parlamentares aprovaram ontem proposta de emenda à Constituição (PEC), de iniciativa da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que estabelece a existência de uma única polícia estadual, responsável pelas atividades de policiamento ostensivo e de polícia judiciária.

O texto estabelece nova estrutura para a segurança pública, da qual constarão, além das polícias estaduais, os corpos de bombeiros de caráter civil (hoje a corporação é militar) e a Polícia Fede-

ral. Este último órgão incluiria, de acordo com a estrutura proposta, as atuais polícias federais ferroviária e rodoviária, que passariam a se responsabilizar pelo policiamento ostensivo federal.

A PEC impõe um prazo de seis anos para que a nova estrutura esteja implantada. Esse prazo — que pode aumentar para oito anos, conforme proposta do relator da comissão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE) —, no entanto, não foi votado, já que a reunião foi encerrada depois do pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Edmar Moreira (PPB-MG).

A proposta prevê que, durante a transição, os atuais integrantes das polícias civis comporão o quadro dos departamentos de

polícia judiciária, enquanto os policiais militares integrarão o departamento de policiamento ostensivo. O texto assegura aos atuais policiais civis e militares os direitos e as vantagens, inclusive o tempo de serviço. Os estados deverão, em um prazo de seis anos, instituir uma academia de polícia unificada, para a formação dos policiais estaduais.

O relator Moroni Torgan comemorou a aprovação da unificação, tema que ele admite ser polêmico. Para o deputado, os policiais estão entendendo as vantagens de discutir a unificação agora:

— A ocorrência de algum episódio de violência poderia precipitar uma decisão que deve ser tomada com calma, respeitando-se os direitos dos policiais.



O presidente da comissão, senador Iris Rezende, conversa com a deputada Zulaiê Cobra, autora da proposta de unificação das polícias

Márcia Kalume

## Votação de destaques pode ser concluída hoje

Depois de aprovar a unificação das polícias civis e militares, a Comissão Mista de Segurança Pública continua hoje, a partir das 10h, a votação das propostas que tratam do assunto. Antes de tudo serão votados os destaques ao texto da deputada Zulaiê Cobra, adiados por falta de quórum.

Não há ainda uma decisão sobre se será votado o projeto de lei orgânica das polícias civis e mili-

tares e dos corpos de bombeiros. O texto teria ficado em parte prejudicado pela aprovação da proposta que unifica as polícias, uma vez que regula as atividades de instituições que deixariam de existir (as polícias substituídas por uma polícia única estadual) ou que deixariam de ter caráter militar (os bombeiros).

Também aguarda votação a proposta de emenda à Constitui-

ção que institui o Fundo Nacional de Segurança Pública, formado por recursos compostos de 5% da receita de impostos da União, e 7%, no caso de estados e municípios.

A Comissão de Segurança tem prazo de funcionamento até a próxima terça-feira. Faltam ser votados ainda projetos que reduzem a maioria penal de 18 para 16 anos.

## Lindberg cobra iniciativas contra a violência

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) cobrou ontem iniciativas do poder público que amenizem os crescentes índices de criminalidade e violência registrados no país. Preocupado com a demora do Estado em responder às reivindicações por segurança da sociedade, ele lembrou que tramitam no Congresso vários projetos que podem, em curto prazo, colaborar com a redução daqueles índices. Entre eles, Lindberg citou os que proíbem e disciplinam o porte e a venda de armas, o que reduz a idade penal e os que propõem a unificação das polícias e seu reaparelhamento.

Para o senador, a sociedade tem o dever de cobrar do governantes ações mais efetivas de combate à criminalidade. Além do reaparelhamento das polícias, ele acre-



Lindberg Cury: investimentos em educação também garantem redução da violência

Roosevelt Pinheiro

ditada que a violência seria reduzida de maneira significativa se o Estado investisse em educação, ações sociais e projetos de geração de emprego e renda.

### HOMICÍDIOS

Com base em reportagem publicada pelo *Jornal do Brasil*, o parlamentar ressaltou que, no último mês de janeiro, houve mais homicídios no Rio de Janeiro do que

nos conflitos do Oriente Médio. Ainda referindo-se à reportagem, Lindberg disse que 95% dos cariocas se sentem inseguros na cidade. O fato de 51% da população não acreditar que a Polícia Militar se esforça o suficiente para diminuir a violência também foi mencionado pelo senador. Considerando toda a cobertura jornalística sobre criminalidade e violência, o senador observou que se noticia um verdadeiro estado de guerra civil.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que o problema da insegurança também decorre da falta de perspectivas da sociedade e da lentidão da Justiça.

## Magistrados fazem sugestões para a reforma do Judiciário

O presidente do Senado, Ramez Tebet, concedeu ontem audiência ao presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, Cláudio Baldino Maciel, que veio defender a adoção de um conjunto de alterações ao texto da reforma do Judiciário, já examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) da Casa e que ainda será votada pelo Plenário.

— Na verdade, o presidente não manifestou simpatia pelas propostas, mas disse que vai presidir com isenção a tramitação da matéria — afirmou o visitante, que reconheceu o caráter “altamente polêmico” das sugestões trazidas ao Senado.

As mudanças mais importantes defendidas pela entidade são a ampliação do colégio eleitoral que escolhe os membros dos tribunais, formado pelos próprios membros dessas cortes, para incluir juízes que não as integram; e a adoção de mecanismos visando diminuir o volume de processos que abarrotam o Judiciário, em lugar da instituição da “súmula vinculante”, medida que provocaria, segundo observou Baldino Maciel, o cerceamento da independência dos juízes de primeira instância. A súmula vinculante obriga a adoção de decisões dos tribunais superiores por instâncias inferiores do Judiciário.



Presidente da Associação Brasileira dos Magistrados entregou ao presidente do Senado, Ramez Tebet, propostas que admite serem “polêmicas”

Genildo Magela

# Lobão defende reflexão sobre parlamentarismo

Senador lembra que as sucessões presidenciais têm gerado turbulências políticas, sendo preciso oferecer alternativa à nação

Ao registrar que as sucessões presidenciais no Brasil têm sempre sido motivo de turbulências políticas graves, o senador Edison Lobão (PFL-MA) defendeu uma reflexão mais aprofundada sobre a adoção do parlamentarismo como sistema de governo do país. Ele destacou a necessidade de que a atual disputa pela Presidência da República não se transforme em uma luta de vida ou morte, com golpes desleais injustificáveis.

— Por muito tempo defendi o presidencialismo. Supunha fosse o que mais convinha ao fortalecimento do regime das liberdades, a alavanca da democracia. As crises, contudo, inerentes a esse sistema, abalaram minhas convicções. Por isso, creio que é nosso dever nos aprofundarmos com mais afinco nas reflexões sobre os benefícios que adviriam para o país do parlamentarismo — afirmou Lobão.

Para fundamentar sua defesa do sistema parlamentarista, Lobão referiu-se a discursos feitos pelo ex-senador Luiz Viana Filho, que da tribuna do Senado opinou que não existe problema mais grave e “mais carregado de elementos de perturbação, em toda a história republicana, do que as sucessões presidenciais”. Viana lembrava que as disputas pela Presidência,



Para Lobão, brasileiro é pouco informado sobre o parlamentarismo

quando não foram conduzidas dentro de um espírito de entendimento, desaguaram em graves perturbações.

Na opinião de Edison Lobão, não se justifica a demagogia como bandeira de conquista de votos. “Primeiro, porque o eleitor brasileiro já tem bastante esclarecimento para separar o falso do verdadeiro; segundo, porque os que ferem as normas da boa conduta eleitoral exibem para a opinião pública um despreparo que não os habilita a ocupar a maior função que se delega a um cidadão na República”, completou.

O senador lamentou que o parlamentarismo continue ignorado pela maioria da população brasileira. Ele sugeriu que os partidários

os do parlamentarismo busquem os meios para oferecer à opinião pública as informações que demonstrem ser este “o sistema de governo que corresponde às aspirações de paz política tão necessária à nação”.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) registrou que países derrotados e que saíram arrasados da Segunda Guerra Mundial — como Alemanha, Japão e Itália — adotaram o parlamentarismo e foram capazes de superar as respectivas crises que viviam. Ele também revelou que uma das grandes frustrações que tem foi de não ver o parlamentarismo aprovado como sistema de governo brasileiro na Assembléia Nacional Constituinte.

Já o senador José Fogaça (PPS-RS) destacou que o Brasil é o único país presidencialista do mundo que tem um sistema multipartidário. Todas as demais nações que adotam o presidencialismo, segundo o senador, têm um regime bipartidário. Ele explicou que, por este motivo, o Brasil está fadado a ter um presidente com minoria para governar. Fogaça também lembrou que, durante todo o século passado, apenas um presidente brasileiro eleito pelo voto direto e democrático entregou a Presidência e deu posse a outro presidente também eleito pelo voto direto e democrático: Juscelino Kubitschek.



Roberto Requião é presidente da representação brasileira na Comissão do Mercosul

pediu a realização de reuniões nos últimos meses, os deputados e senadores do Mercosul terão encontros com o representante do Fundo Monetário Internacional (FMI), Anoop Singh, com o ministro das Relações Exteriores e Comércio Internacional, Carlos Ruckauf, e com o presidente da República, Eduardo Duhalde.

Para Requião, a reunião é importante, entre outras coisas, porque consolida Alfonsín na presidência da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

# Saturnino destaca paz em Angola e posse de Benedita

O senador Roberto Saturnino (sem partido-RJ) comemorou, ontem, dois fatos ocorridos nos últimos oito dias que considera importantíssimos: o acordo que selou a paz definitiva em Angola, na última quinta-feira, e a posse, no governo do Rio de Janeiro, no sábado,



Rio de Janeiro comprova vanguarda política, disse Roberto Saturnino

da ex-senadora Benedita da Silva.

Saturnino fez um histórico da guerra civil em Angola, que começou em 1975, logo depois da proclamação da independência do país. Foi uma das mais cruéis guerras civis contemporâneas, que em alguns momentos chegou a matar mais de mil pessoas por dia. O senador lembrou que Angola tem profundas ligações históricas, culturais e étnicas com o Brasil:

— A aceitação da paz pela Unita, a sua incorporação ao governo, a ampla anistia aos combatentes, tudo isso são fatos essenciais para a paz, para a reconstrução do

país, que merecem o aplauso e o regozijo de todo o mundo, de todos os países, bem como investimentos de todo o mundo, como forma de reconstruir o que foi destruído pela guerra — disse Roberto Saturnino.

Sobre a governadora Benedita da

Silva, Saturnino disse que sua posse como governadora comprova que o Rio de Janeiro é a vanguarda política, histórica e cultural do Brasil. O senador disse que Benedita é uma ex-favelada, negra, de origem realmente humilde, e que assume o governo com um discurso sóbrio, responsável, como um exemplo para a sociedade brasileira:

— Foi um acontecimento marcante, emocionante, que comoveu a todos os cariocas e fluminenses. E que confirma a condição de vanguarda dos processos políticos, culturais e sociais do país para o estado do Rio.

# Alcântara saúda ministro do Desenvolvimento Agrário

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) anunciou que o novo ministro do Desenvolvimento Agrário, José Abrão, tomará posse hoje, às 11 horas, no Palácio do Planalto. Ele substitui Raul Jungmann, que saiu do ministério para se candidatar à Câmara dos Deputados.

Para Alcântara, José Abrão tem ampla experiência e capacidade de trabalho para permitir que o presidente Fernando Henrique Cardoso conclua seu programa de reforma agrária até o final de seu mandato, cumprindo as metas previstas.

## COM TEBET

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o novo ministro, com quem conversou sobre a tramitação, na Casa, da Medida Provisória nº 24, que trata da dívida dos pequenos agricultores. A matéria está em pauta no Plenário da Câmara e o ministro acredita no final da obstrução, o que permitirá a chegada da MP ao Senado já na semana que vem.



Alcântara destacou experiência de José Abrão para conclusão do programa agrário do governo

Abrão também está empenhado na aprovação, pelo Senado, de outra matéria ainda em exame na Câmara — o projeto de lei que dispõe sobre o Pronaf, programa nacional para a agricultura familiar — que considera fundamental para dar estabilidade às atividades produtivas no campo.

Segundo o ministro, Ramez Tebet demonstrou estar sensibilizado pelos argumentos apresentados e comprometeu-se a acompanhar a tramitação das duas propostas no Senado.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Antonio Carlos Valadares e Carlos Wilson